AÇÃO DOS MOVIMENTOS EMPRESARIAIS NA AMÉRICA LATINA: INTERLOCUÇÃO E DISPUTA PELA POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL, URUGUAI E MÉXICO

ACTION OF BUSINESS MOVEMENTS IN LATIN AMÉRICA: INTERLOCUTION AND DISPUTE FOR EDUCATIONAL POLICY IN BRAZIL, URUGUAY AND MÉXICO

ACCIÓN DE LOS MOVIMIENTOS EMPRESARIALES EN AMÉRICA LATINA: INTERLOCUCIÓN Y DISPUTA POR LA POLÍTICA EDUCATIVA EN BRASIL, URUGUAY Y MÉXICO

Everton Bandeira Martins[1]
Alexandre José Rossi[2]
Liane Maria Bernardi[3]

RESUMO
Este artigo pretende analisar a relação público privada no contexto dos países latino-americanos: Brasil (Todos pela Educação-TPE), Uruguai (ReachingU) e México (Mexicanos Primero) através da atuação de sujeitos privados individuais e coletivos, buscando entender a forma como eles se organizam e disputam a educação pública. Tendo como referencial teórico metodológico o materialismo histórico dialético, constatamos no movimento do real que os processos de privatização ocorrem via direção, execução e/ou execução e direção. Neste sentido, trata-se de uma pesquisa qualitativa e documental que explora sites, jornais, documentos públicos, dentre outros, buscando evidenciar os sujeitos e as relações que estes movimentos de classe estabelecem com os governantes, em cada país, destacando algumas de suas ideações para consolidar junto à opinião pública o consenso sobre a necessidade de ampliar a ação do mercado na educação pública e sua influência na elaboração de políticas educacionais locais.
PALAVRAS-CHAVE: Brasil; México; movimento empresarial; privatização; Uruguai.

ABSTRACT
This article aims to analyze the public-private relationship in the context of Latin American countries: Brazil (Todos pela Educação – TPE), Uruguay (ReachingU) and Mexico (Mexicanos Primero) through the actions of private actors, both individual and collective, seeking to understand how they organize and contest public education. Based on the theoretical and methodological framework of historical-dialectical materialism, we observe in the movement of reality that privatization processes occur through management, implementation, and/or both. In this sense, it is a qualitative and documentary research that explores websites, newspapers, public documents, among others, aiming to highlight the actors and the relations these class movements establish with governments in each country, emphasizing some of their ideas to consolidate, within public opinion, the consensus on the need to expand the role of the market in public education and its influence on the formulation of local educational policies.
KEYWORDS: Brazil; Mexico; business movement; privatization; Uruguay.

RESUMEN
Este artículo propone analizar las relaciones público-privadas en el contexto de los países latino-americanos: Brasil (Todos pela Educación -TPE), Uruguay (ReachingU) y México (Mexicanos Primero) a través de las acciones de actores privados, tanto individuales como colectivos , buscando comprender cómo se organizan y compiten por la educación pública.Utilizando el materialismo histórico dialéctico como marco teórico y metodológico, observamos en el movimiento de la realidad que los procesos de privatización ocurren mediante dirección, ejecución y/o ejecución y dirección. En este sentido, se trata de una investigación cualitativa y

[1] Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Brasil. ORCID: https://orcid.org/0009-0009-3023-0855.
[2] Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1512-6306.
[3] Grupo de Pesquisa (GPRPPE/UFRGS), Brasil. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5915-7318.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 100-121, set./dez. 2025.
Recebido em: 17/09/2025 | Aceito em: 13/10/2025

documental que explora sitios web, periódicos, documentos públicos, entre otros, buscando destacar a los actores y las relaciones que estos movimientos de clase establecen con los funcionarios gubernamentales en cada país, destacando algunas de sus ideas para consolidar, en la opinión pública, un consenso sobre la necesidad de ampliar la participación del mercado en la educación pública y su influencia en el desarrollo de políticas educativas locales.
PALABRAS CLAVE: Brasil; México; movimiento empresarial; privatización; Uruguay.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo apresenta, nos limites deste texto, como os movimentos empresariais do Brasil (Todos pela Educação-TPE), do Uruguai (*ReachingU*) e do México (*Mexicanos Primero*) atuam em seus países, articulando e disputando políticas públicas educacionais.

Essa pesquisa faz parte do projeto[4] financiado pelo CNPQ "A relação público-privado em países latino-americanos: sujeitos e conteúdo da proposta". Apresentamos discussões sobre a organização e a ação dos movimentos empresariais nesses três países com o objetivo de apontar os sujeitos privados, individuais e coletivos, buscando entender a forma como eles se organizam e disputam a educação pública na construção do consenso e de um modelo de projeto societário.

Tendo como referencial teórico metodológico o materialismo histórico dialético, constatamos no movimento do real que os processos de privatização ocorrem via direção, execução e/ou execução e direção (Martins; Montano; Peroni, 2024).

Como observam Ferreira e Corsett (2019), a lógica empresarial avança sobre o espaço público educativo ao desqualificar a capacidade estatal e instaurar um mercado de soluções voltadas a resultados e rankings, naturalizando a ideia da incapacidade do setor público em oferecer educação de qualidade.

Segundo analisam Martins e Silva (2024), o avanço da influência de setores privados e neoconservadores também se expressa na educação por meio de ingerências nos processos de gestão escolar, chegando a influenciar diretamente nos processos de escolha dos dirigentes de instituições públicas, o que compromete a autonomia institucional e reforça a lógica de mercantilização da educação.

Caracterizamos esse estudo como qualitativo e documental, em que importa mais

[4] Pesquisa Coordenada Professora Doutora Vera Maria Vidal Peroni – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil. Professora Titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordena o Grupo de Pesquisa Relação Público-Privado na Educação (GPRPPE/UFRGS) e tem se dedicado a estudos sobre políticas educacionais, neoliberalismo, neoconservadorismo e a reconfiguração das fronteiras entre o público e o privado na educação. Autora de diversas publicações nacionais e internacionais na área.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 100-121, set./dez. 2025.
Recebido em: 17/09/2025 | Aceito em: 13/10/2025

compreender o processo (Minayo, 2005), e buscamos a maior parte das informações em sites, jornais, documentos públicos, dentre outros, evidenciando as relações que estes sujeitos de classe estabelecem em cada país, pois consideramos que, estes são articuladores de interesses e projetores de políticas.

Quando falamos da classe empresarial, destacamos que a compreensão de classe não se refere a uma categoria isolada, mas, assim como Thompson (1991), acreditamos que é algo que só pode ser vista no processo e dentro de um período histórico, pois não existe processo histórico sem sujeito e nem sujeitos sem história.

Também ponderamos que precisamos olhar a construção do grau de organização alcançada pelos grupos sociais e da construção de consensos – "como domínio ou como direção moral" (Gramsci, 2002, p. 62).

Ao longo de nossa argumentação, destacamos algumas ideações dessas organizações, com o intuito de consolidar junto à opinião pública o consenso sobre a necessidade de ampliar a ação do mercado na educação pública.

O contexto da educação na América Latina tem sido marcado por movimentos de avanço e retração do capitalismo nas últimas décadas, que tem modificado sobremaneira as formas pelas quais as políticas de educação são consolidadas. No entanto, um movimento forte tem sido marcante no direcionamento da educação nesse período recente: a entrada cada vez mais massiva, mesmo que de formas sutis, de sujeitos privados na esfera da educação pública, como fica evidente nos casos do Brasil, do Uruguai e do México.

Esse processo não se restringe à educação básica. No ensino superior, por exemplo, análises recentes evidenciam que a própria autonomia universitária deve ser entendida de maneira relativa, já que sofre condicionamentos estruturais externos e pressões de sujeitos privados que buscam redefinir o papel da universidade na sociedade (Martins; Moura; Silva, 2024). Contudo, nesse texto, iremos nos dedicar exclusivamente à Educação Básica.

Observando a organização dos movimentos empresariais nos três países e sua ação na formulação e execução de políticas públicas, neste artigo apresentaremos: o movimento Empresarial Todos pela Educação (TPE) no Brasil, em que destacamos a organização e ação junto ao governo brasileiro e seu diálogo com os setores da sociedade; o movimento Empresarial no Uruguai: a Fundação *ReachingU*, no qual relatamos um breve histórico do seu surgimento, bem como as principais ações que eles vêm desenvolvendo junto à educação pública uruguaia; e o movimento Mexicanos Primero, no México, apresentando sua constituição como associação civil empresarial, suas estratégias de influência política,

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 100-121, set./dez. 2025.
Recebido em: 17/09/2025 | Aceito em: 13/10/2025

midiática e jurídica, bem como sua atuação na disputa pelo conteúdo e pela gestão da educação pública mexicana. E, por fim, as considerações finais, em que abordaremos as aproximações sobre os movimentos empresariais na América Latina na ampliação e a ação do mercado na educação pública.

O MOVIMENTO EMPRESARIAL TODOS PELA EDUCAÇÃO NO BRASIL

A educação no Brasil sempre foi marcada pela atuação do setor privado. Com a redemocratização do país, após longa ditadura militar, tivemos a consagração da educação como direito na Constituição Federal de 1988. Desde então, legislações consolidaram a ampliação do financiamento e do atendimento na educação pública, mas seguimos convivendo com instituições privadas agindo no país e, mais recentemente, com a ampliação de parcerias entre setor público e privado.

Em 2006, ocorreu uma rearticulação dos empresários, enquanto classe, em uma rede política denominada Movimento Empresarial Todos pela Educação que reuniu empresários, intelectuais e grupos com interesses diversos, entre eles entidades educacionais como a União Nacional de Conselhos Municipais de Educação (UNCME), União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e integrantes do governo federal, como o então Ministro de Educação Fernando Haddad e integrantes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), entre outros.

Na época, o chamamento foi realizado pela financeira Itaú Unibanco, que elegeu um Conselho de Governança, capitaneado pelo empresário Jorge Gerdau, o qual ficou na presidência do Conselho por 10 anos. Após sua saída em 2016, o controle voltou para as mãos das financeiras. Em 2020, se reorganizou e passou a ter uma Presidência Executiva, ocupada por Priscila Cruz, e criou um Conselho Deliberativo, em substituição ao Conselho de Governança, cujos membros passaram a compor um Conselho Consultivo e de Fundadores. Nenhum integrante é afastado, mas esse rearranjo permite a entrada de novos membros e se, em 2023, contávamos 21 institutos e empresas mantenedoras do TPE, no final de 2024, esse número subiu para 44 mantenedores (Todos Pela Educação, 2025).

No recorte da interlocução desse movimento empresarial brasileiro, iremos destacar o período da sua fundação em 2006 até 2025. Nesses dezenove anos de atuação, ele foi passando por alterações, ampliações, tornou-se uma ONG – uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos e foi reestruturando sua concepção, chegando a admitir sua

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 100-121, set./dez. 2025.
Recebido em: 17/09/2025 | Aceito em: 13/10/2025

intencionalidade no site: “Nosso foco é atuar para que o poder público formule e implemente políticas públicas educacionais de maneira mais efetiva” (Todos pela Educação, 2025).

De forma sucinta, enfatizamos a articulação do movimento empresarial com setores do governo brasileiro desde sua fundação. Detectamos que, desde a coalizão estabelecida no primeiro mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a proposta de parcerias público-privadas foi consentida. Bernardi, Uczak e Rossi (2015) assinalaram que os empresários do Conselho de Governança do Todos pela Educação, além de estabelecerem interlocução, se tornaram clientes do Estado ao ofertarem tecnologias educacionais ao governo, nas esferas federal e estadual, e às secretarias de educação. Sempre usando o discurso de que todos estamos irmanados na educação para todos.

O governo Lula ampliava relações de participação, investia na gestão democrática, no controle social, através dos Conselhos de Acompanhamento e os empresários agiam na lógica de compartilhar gestão democrática com suas ofertas de mercadorias educacionais, sem defender uma privatização direta, mas naturalizando o discurso de parceria público-privadas na educação.

A presidenta Dilma Rousseff, que ocupou o cargo no período seguinte, manteve relações semelhantes em seu governo, em que destacamos o processo de discussão e construção do Plano Nacional de Educação, promulgado em 2014. Em que pese os avanços das metas estabelecidas, os empresários realizaram *lobby* junto ao Congresso e conseguiram garantir que o percentual de recursos para educação pública retirasse a gravação da palavra ‘pública’.

Em 2016, com o golpe que afastou a presidenta Dilma do governo, assumiu seu vice Michel Temer, ligado a grupos ultra liberais e conservadores. Este presidente aprofundou as relações com o setor empresarial e, como afirmaram Uczak, Bernardi, Rossi (2020), ocorreu uma asfixia dos processos de democratização da educação. Os autores argumentam que: “O crescimento de parcerias público-privadas materializa as novas formas de relação e a naturalização da gradativa substituição do direito à educação pela oferta de produtos educacionais aos consumidores” (Uczak; Bernardi; Rossi, 2020, p. 7).

Entre as questões registradas no período, destacamos três: a primeira foi a apresentação da proposta de congelamento de investimentos em políticas sociais por 20 anos, estabelecida pela Emenda Constitucional 95, de dezembro de 2016, que inviabilizou o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação; a segunda, pelo esvaziamento do Fórum Nacional de Educação com a retirada de entidades da sua composição e a nomeação de

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 100-121, set./dez. 2025.
Recebido em: 17/09/2025 | Aceito em: 13/10/2025

integrantes do TPE[5] no Conselho Nacional de Educação, ampliando a participação dos defensores do mercado nesse importante colegiado que emite normatizações para o país; a terceira diz respeito ao processo de construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Antes mesmo de o governo lançar oficialmente o processo de discussão da BNCC em 2015, o movimento empresarial capitaneado pelo TPE lançou o Movimento pela Base Nacional Comum (MBNC) em 2013, se antecipando a essa discussão no país. Compreendendo a Base como aquela que define um projeto de nação pelo currículo proposto, esse movimento não somente influenciou seu processo, disputando esse conteúdo, mas também apresentou formas de sua implantação no país, através de Guias, alinhamentos a outras políticas e elaboração de material didático e formação de professores, ou seja, disputam a direção e a execução da política.

Os parceiros que se apresentaram para debater e executar esse projeto foram os bancos Itaú/ Unibanco, Bradesco, Santander, as empresas Gerdau, Natura, as Fundações Victor Civita, Roberto Marinho, Camargo Corrêa, Fundação Lemann, Todos pela Educação e Amigos da Escola (Todos Pela Educação, 2025). Ou seja, defendiam os interesses da classe empresarial através do movimento e duplicavam participação com empresas que o financiam, com muita articulação e influência.

Em 2018, o TPE criou o documento "Educação Já: uma proposta suprapartidária de estratégias para a Educação Básica brasileira e prioridades para o Governo Federal em 2019-2022". O lançamento ocorreu durante a campanha eleitoral e foi apresentado aos candidatos no segundo turno da eleição, como interlocução com o Governo, para o período entre 2019 e 2022, em que foi eleito presidente, no país, Jair Messias Bolsonaro. Este iniciou um período desmantelador no país, com troca de vários Ministros da Educação, corte de gastos, apagão de dados educacionais, entre outros.

Apesar das especulações de uma possível composição junto ao Ministério da Educação- MEC, isso não se concretizou e o TPE adotou um conjunto de estratégias para dialogar diretamente com estados e municípios, criando, por exemplo, o "Educação Já Municípios", mantendo uma base de dados educacionais no seu site e realizando o monitoramento do Plano Nacional de Educação. Outras duas estratégias que destacamos são: as notas técnicas e a realização de reuniões e formações no Congresso Nacional.

Dentro de um governo negacionista, o MEC não ofereceu ajuda ou orientação às

[5] Foram nomeados 5 novos Conselheiros empresários.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 100-121, set./dez. 2025.
Recebido em: 17/09/2025 | Aceito em: 13/10/2025

comunidades escolares de todo país, no período pandêmico. Neste momento, o TPE ofertou notas técnicas, em que realizava considerações sobre o que se vivia e ofertava orientações às instituições parceiras, como o Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed, a União dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime, servindo de alento e funcionando quase como um ministério paralelo.

Durante este período pandêmico, o TPE assumiu forte protagonismo no gerenciamento da crise no contexto educacional, colocando-se como coordenador das ações em nível nacional, participando de programas televisivos, seminários e webinários, e publicando uma série de documentos em que apresentam suas contribuições, sob o argumento de qualificar o debate e subsidiar o poder público. A primeira Nota Técnica desse período, denominada "Ensino a distância na educação básica frente à pandemia da COVID-19", concentrou-se na defesa do ensino remoto, como estratégia para o enfrentamento à crise no atendimento educacional. (Todos Pela Educação, 2020).

A segunda Nota Técnica faz um chamado ao trabalho intersetorial, apelando para a participação governamental, da sociedade civil e do voluntariado, somando esforços entre o público e o privado, como se todos tivessem interesses comuns (Uczak; Bernardi, 2021), informando a direção a ser seguida. Observamos que as duas notas convergem sobre a necessidade da permanência de elementos associados ao ensino híbrido no que se refere ao formato presencial e remoto. Tal encaminhamento não é desprovido de interesse, pois embora o movimento empresarial Todos Pela Educação não comercializa diretamente produtos educacionais, a sua rede de parceiros e mantenedores o faz. E promover a formação de consenso em torno da necessidade do ensino remoto e de parcerias com setor privado, converge com o propósito dos associados ao movimento empresarial. A conquista e a ampliação de mercado, tanto do fornecimento de computadores e acessórios, quanto de materiais pedagógicos para as aulas à distância, permitiram aos empresários da educação influenciar não só na forma de organizar o ensino, mas, principalmente, no conteúdo a ser estudado, o currículo.

Outro ponto que destacamos sobre a articulação e ação do TPE se refere a sua atuação junto ao Congresso Nacional na elaboração da política pública de financiamento da educação no Brasil, desde o início da discussão do Projeto de Emenda Constitucional - PEC 15/15, com apresentações de proposições sobre o novo Fundo de Manutenção da Educação Básica, o Fundeb (Uczak; Bernardi, 2021).

Desde 2019, o movimento empresarial passou a se articular com a Frente Parlamentar

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 100-121, set./dez. 2025.
Recebido em: 17/09/2025 | Aceito em: 13/10/2025

Mista da Educação - FPME no Congresso Nacional. O TPE, em conjunto com a Undime e o Consed, o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária - Cenpec e a Fundação Lemann, integraram o Conselho Consultivo da mesma. Esta Frente reuniu 301 deputados e 38 senadores signatários, com a tarefa de movimentar os debates mais urgentes da educação e dialogar com o executivo.

Visando fortalecer esta estratégia, ainda em 2019, o TPE inaugurou em Brasília, a Casa da Educação, para receber "debates intersetoriais e sobre inovações em políticas públicas" (Todos Pela Educação, 2019). Esse espaço passou a receber encontros regulares promovidos pela Frente Parlamentar, inicialmente, para tratar da tramitação do Fundeb. E seguindo sua disposição de atuação, para ampliar as redes de relações e influência, o TPE empreendeu também na formação de assessores parlamentares:

> Os assessores também têm, nesse espaço, a oportunidade de conhecer mais sobre a Educação Básica. O Programa de Formação em Políticas Educacionais para Assessores Legislativos, promovido pela Diretoria de Estratégia Política do Todos em parceria com a FPME, já teve três edições (Todos Pela Educação, 2019).

A partir da iniciativa Educação Já, o TPE também construiu a Agenda Legislativa, apresentada aos parlamentares, aos gestores e à sociedade civil, com sua visão sobre as prioridades nos trabalhos legislativos em 2021, onde consta uma "lista de propostas de interesse nacional que englobam temas como investimento, governança e gestão, políticas docentes e Educação Infantil" (Todos Pela Educação, 2021, p. 4).

Em 2022, o TPE apresentou um novo documento, Educação Já, aos candidatos à presidência do Brasil. Com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva para seu terceiro mandato, representantes do Movimento empresarial compuseram a equipe de transição e na sequência o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável – Cdess, o Conselhão que tem a função de debater e subsidiar as políticas públicas no país, por temáticas. A presidenta Executiva do TPE assumiu a coordenação de um subgrupo sobre Educação Infantil dentro do Conselho, mas encontramos mais de 25 designados que são da direção do movimento ou de empresas ligadas ao TPE dentro do Conselhão.

O TPE continua com ações dentro do Congresso Nacional, bem como o diálogo com as instituições (Undime, Consed) que, desde a fundação do movimento, trabalham em conjunto em seminários, webinários, encontros anuais, entre outros. Salientamos que, no encontro anual do Todos Pela Educação de 2024, estavam presentes não só essas entidades,

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 100-121, set./dez. 2025.
Recebido em: 17/09/2025 | Aceito em: 13/10/2025

como diversos ministros do governo Lula (Todos Pela Educação, 2024).

Além disso, o TPE, entre os anos de 2023 e 2024, lançou o Educação Já Municípios e o Educação Já Estados, nos quais oferece não só suas estratégias, mas análise de dados e oferta de soluções educacionais a cada ente. Nos estados, cresceram as parcerias com institutos e entidades privadas ofertando soluções de forma direta aos entes, como Instituto Unibanco, Fundação Lemann, Instituto Alfa e Beto, entre outros.

Aqui pontuamos alguns elementos da estratégia de interlocução com o governo brasileiro e com a sociedade, disputando o conteúdo das políticas e indicando a direção a ser seguida e, por vezes, propondo a execução da política. Porém, já alertamos que existem vários outros arranjos junto a muitos parceiros e financiadores do TPE, que fortalecem cada vez mais a atuação da classe empresarial no campo educacional, não só no diálogo, mas na disputa de proposta de educação e de sociedade e na oferta de soluções às diversas Secretarias de Educação por todo o país.

O MOVIMENTO EMPRESARIAL NO URUGUAI: A Fundação *ReachingU*

A educação pública uruguaia tem suas raízes no século XIX, impulsionada pelo modelo laico, gratuito e obrigatório estabelecido por José Pedro Varela[6]. A lei de educação comum de 1877 nos artigos 20 e 21 afirmou que a educação primária deveria ser obrigatória e gratuita. Com a Lei nº 3.441 sancionada em 2 de março de 1909, no governo de Claudio Williman, suprimiu-se o ensino religioso nas escolas públicas do Uruguai e, a partir dela, a educação passou a ser oficialmente laica, consolidando o ideal defendido por José Pedro Varela décadas antes.

Durante o século XX, o país consolidou um sistema educacional público forte, vinculado ao projeto de Estado de bem-estar social. A Constituição de 1967 garantiu o direito universal à educação, e o Uruguai historicamente se destacou na América Latina por seus altos índices de alfabetização e cobertura escolar. O Artigo 70 da Constituição afirmou que o "direito à educação é garantido a todos os habitantes da República e o ensino primário e o médio será obrigatório e gratuito nas escolas públicas".

Neste período, as principais conquistas foram a universalização do acesso, sendo a

[6] José Pedro Varela (1845-1879) foi um importante educador, jornalista, político e sociólogo uruguaio, conhecido por sua atuação na reforma educacional do Uruguai no século XIX. Graças aos seus esforços, o país adotou o sistema de educação pública, gratuita, obrigatória e laica, culminando na promulgação da Lei de Educação Comum de 1877, que ainda influencia o sistema educacional do Uruguai.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 100-121, set./dez. 2025.
Recebido em: 17/09/2025 | Aceito em: 13/10/2025

educação básica (primária e média) como direito de todos. Os direitos igualmente importantes foram a gratuidade absoluta do ensino, proibindo-se qualquer tipo de cobrança em escolas públicas (inclusive para materiais escolares), bem como a obrigatoriedade do ensino dos 6 aos 14 anos e, ainda, a laicidade mantida como princípio.

A Reforma Educacional de 2004 (Lei N° 18.437) representou uma atualização do marco legal da educação no Uruguai, reafirmando e ampliando os princípios constitucionais de gratuidade, obrigatoriedade e universalidade estabelecidos em 1967. Nesta atual reforma, o direito à educação passa a ser dos 04 aos 18 anos de idade.

Diferentemente do Brasil, até o início dos anos 2000, não existiam no país instituições privadas (ONGs, associações da sociedade civil sem fins lucrativos etc.) que atuavam junto à educação pública. Em 2000, foi criado o primeiro liceu gratuito de gestão privada, o Liceo Jubilar Juan Pablo II e, no ano de 2001, nasce a Fundação *ReachingU*. Aqui apresentamos não só o avanço da privatização da educação pública no Uruguai por meio da interferência da Fundação *ReachingU*, mas também para o surgimento de escolas não laicas, o que outrora imaginava-se impossível de existir no Uruguai, dado seu processo histórico de secularização.

A Fundação *ReachingU* é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, fundada em 2021 por um grupo de empresários uruguaios que vivem nos Estados Unidos da América, onde se encontra a sua sede, e que atua no Uruguai, com foco em melhorar a educação pública por meio de doações, projetos sociais e parcerias com o setor privado e público. Em 2023, a Fundação adquire o status 501(c)(3) que é uma categoria específica de organização sem fins lucrativos reconhecida pelo *Internal Revenue Service* (IRS), que é a Receita Federal dos Estados Unidos. Tendo o status de organização sem fins lucrativos nos EUA, a fundação passa a gozar de alguns benefícios tais como: isenção de impostos federais, assim como podem receber doações dedutíveis de impostos para quem doa, dentre outras.

De acordo com informações colhidas no site da instituição (Fundación ReachingU, 2025), nos seus 20 anos de trajetória, a Fundação investiu mais de 19 milhões de dólares em projetos socioeducativos, apoiando mais de 100 instituições públicas e privadas e atingiu mais de 100 mil alunos.

Ela, assim como o Todos pela Educação e o *Mexicanos Primero*, é associada à *Red Latinoamericana por la Educación* (REDUCA), que é um grupo de associações de empresários latinoamericanos que conta com integrantes coletivos de 13 países da América Latina. Assim como a Fundação Lemann no Brasil, ela se insere em um contexto de filantropia educacional, mas com características específicas do cenário uruguaio.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 100-121, set./dez. 2025.
Recebido em: 17/09/2025 | Aceito em: 13/10/2025

Entre as principais ações desenvolvidas pela Fundação estão a formação inicial e continuada de professores e diretores da educação básica, o fortalecimento de programas de aprendizagem, o estabelecimento de parcerias com liceus gratuitos de gestão privada[7] e o apoio a iniciativas de educação socioemocional e empreendedorismo social (Fundación ReachingU, 2025). A maioria dos membros do conselho da Fundação *ReachingU* tem formação e atuação em áreas como finanças, direito, tecnologia, consultoria e empreendedorismo, com apenas um dos membros da diretoria ligado à educação. Ela atua principalmente como financiadora de iniciativas educacionais, com ênfase em EdTech, formação de professores e programas de acompanhamento educacional.

Um caso concreto de interferência na educação pública uruguaia ocorreu em 2019 quando Fundação *ReachingU* recebeu em forma de doação da empresa finlandesa de celulose UPM o valor de US$ 500 mil e, no mesmo ano, lançou um programa de "Educação Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM)" na área das ciências exatas em escolas públicas próximas às áreas de operação da empresa. O financiamento do projeto STEM focou na criação de laboratórios de robótica, bolsas de estudos para estudantes de engenharia química e mecânica e estimulou o desenvolvimento de projetos de inovações nas escolas cuja temática buscassem soluções para a indústria de papel. Projetos como os da UPM evidenciam o alinhamento da educação às demandas do setor privado, o financiamento do programa educação STEM de ciências exatas em escolas próximas a suas fábricas, também deixou claro o alinhamento à demanda por mão de obra qualificada para a indústria de celulose (García, 2021).

Ao apoiar programas e instituições que impactam a educação, a Fundação pode influenciar decisões governamentais, promovendo uma agenda baseada em sua própria visão de mundo e propondo um novo projeto societário, tendo seu fundamento nos ideais neoliberais e neoconservadores, disputando com o Estado a perspectiva do que seja o público.

A Fundação *ReachingU* também tem desenvolvido diversos programas de formação continuada para professores da rede pública uruguaia, entre os quais se destacam o Programa Maestros Innovadores, o Projeto Liderazgo Educativo e as Becas de Especialización. Cada um desses programas possui características específicas, mas compartilham uma lógica comum: a promoção de um modelo educacional alinhado a competências técnicas e

[7] Hoje existem no Uruguai oito liceus gratuitos de gestão privada, dentre os quais sete são ligados a alguma ordem e/ou instituição religiosa. Desses sete, dois têm como mantenedora a *opus dei*, sendo apenas um que se autodenomina laico.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 100-121, set./dez. 2025.
Recebido em: 17/09/2025 | Aceito em: 13/10/2025

gerenciais, realizadas por meio de parcerias com o setor público e privado, o que levanta as questões sobre seus reais impactos na qualidade da educação e na autonomia docente.

Passamos agora a apresentar situações em que a Fundação *ReachingU* tem atuado na execução e direção de políticas educacionais que são por excelência funções do Estado. O Programa Maestros Innovadores é apresentado como uma iniciativa para capacitar professores em metodologias ativas e inovadoras, como aprendizagem baseada em projetos (ABP), gamificação e integração de tecnologias digitais em sala de aula. Com formações geralmente curtas, de cerca de 20 horas, o programa conta com parcerias de grandes empresas de tecnologia, como Microsoft e Google, que fornecem ferramentas e plataformas digitais. No entanto, críticos apontam que essa formação tende a ser superficial, focada mais no domínio de ferramentas específicas do que em uma reflexão pedagógica profunda sobre como essas tecnologias podem ser utilizadas de maneira crítica e contextualizada. Além disso, a dependência de soluções tecnológicas privadas levanta preocupações sobre a mercantilização da educação e a falta de incentivo a softwares livres ou alternativas públicas.

Já o Projeto Liderazgo Educativo é direcionado a diretores e coordenadores pedagógicos, com o objetivo declarado de fortalecer suas habilidades de gestão. O programa enfatiza métricas de eficiência, como redução de evasão escolar e melhoria em resultados de avaliações padronizadas, refletindo uma visão empresarial da educação. Esse modelo de gestão é alinhado ao modelo empresarial, pois o mesmo tende a minimizar os problemas reais que as escolas enfrentam no que diz respeito a evasão escolar e aponta as avaliações padronizadas que como o único parâmetro para avaliar a qualidade da educação, sendo que esses testes padronizados ignoram o processo de ensino aprendizagem e focam apenas nos resultados finais. Eles tendem também a simplificar os desafios educacionais, ignorando fatores estruturais como salários baixos, falta de infraestrutura e turmas superlotadas. A pressão por resultados imediatos pode levar a situações em que professores se sintam cobrados a cumprir metas em vez de participar ativamente de processos democráticos de gestão.

Por fim, as Becas de Especialización oferecem bolsas parciais para professores cursarem pós-graduações em áreas como gestão educacional ou tecnologias aplicadas à educação, geralmente em universidades privadas parceiras, como a Universidade ORT[8] ou a Universidade Católica Uruguaia (UCU). As bolsas de estudos ofertadas, em geral, cobrem

[8] A Universidade ORT (Organização, Reconstrução e Trabalho) do Uruguai tem como mantenedora a Sociedade Israelita Brasileira.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 100-121, set./dez. 2025.
Recebido em: 17/09/2025 | Aceito em: 13/10/2025

apenas 30% a 50% dos custos, tornando-as inacessíveis para muitos professores da rede pública, especialmente aqueles de regiões rurais ou com menos recursos. Além disso, a escolha dos cursos disponíveis reflete uma preferência por temas alinhados às demandas do mercado, como administração escolar ou ferramentas digitais, em detrimento de áreas como pedagogia crítica, educação inclusiva ou estudos sobre desigualdade social. Essa abordagem reforça a ideia de que a formação docente deve servir prioritariamente a interesses econômicos, em vez de fortalecer a educação como um direito social e um espaço de transformação.

De acordo com o Relatório anual de atividades da Fundação *ReachingU* de 2023, foram atendidos 3.000 professores com esses programas, o que equivale a 5% do total de professores da rede pública uruguaia, um total de 120 escolas atingidas sendo dessas 90% escolas urbanas somando a quantia de US$ 1.2 milhão de dólares/ano investidos nas ações de formação continuada de professores da rede pública do Uruguai.

Para Pablo Martinis (2017) as chamadas parcerias público-privadas na educação operam através de um duplo movimento: por um lado, apresentam-se como complementares ao Estado, suprindo suas 'deficiências'; por outro, constroem um imaginário social onde o Estado é ineficiente por natureza, justificando assim sua própria existência e expansão. O pesquisador ressalta ainda que:

> Los programas de formación docente patrocinados por estas fundaciones no son neutros: traen consigo una concepción de la educación como bien de consumo y del docente como gestor de aprendizajes. Esta perspectiva vacía el debate sobre el derecho a la educación como construcción colectiva, sustituyéndolo por una lógica de oferta y demanda donde los 'clientes' (alumnos y familias) buscan en el mercado educativo la mejor 'opción', incluso si viene de iniciativas fragmentadas y desarticuladas del proyecto educativo nacional (Martinis, 2017, p. 89-90).

Aqui evidenciamos como a Fundação tem atuado na direção e execução de políticas públicas educacionais na medida em que esses programas ilustram como a *ReachingU* está realizando a formação de professores e gestores, promovendo uma visão de educação que prioriza eficiência, inovação tecnológica e alinhamento com o setor privado. Embora tragam recursos e oportunidades não oferecidas pelo Estado uruguaio em escala, sua atuação também aprofunda a terceirização de políticas públicas essenciais, como a formação docente, e reforça desigualdades dentro do próprio sistema educacional.

De acordo com Peroni (2020, p. 12):

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 100-121, set./dez. 2025.
Recebido em: 17/09/2025 | Aceito em: 13/10/2025

> As parcerias com terceiro setor, fundações e institutos empresariais têm avançado na definição de políticas educacionais, especialmente na formação de professores, onde se observa a substituição de uma perspectiva crítica por uma formação técnica, alinhada a competências específicas demandadas pelo mercado. [...] A formação docente, nesse contexto, deixa de ser um espaço de reflexão sobre a prática pedagógica e suas relações com a sociedade, para se tornar um treinamento focado em resultados mensuráveis, como melhoria de índices em avaliações externas.

Essa dinâmica levanta uma questão central: até que ponto a atuação de fundações privadas como a *ReachingU* está realmente fortalecendo a educação pública uruguaia, e em que medida está transformando-a em um campo de experimentação para interesses corporativos? A resposta pode estar no contraste entre o discurso de inovação e a realidade cotidiana das escolas, onde muitos professores ainda lutam por condições mínimas para exercer sua profissão com autonomia e dignidade.

O MOVIMENTO *MEXICANOS PRIMERO*

Sobre o Sistema educacional dos Estados Unidos Mexicanos, pode-se afirmar que ele é centralizado. A Constituição Mexicana de 1917 define que a organização política do México é republicana e federal; que existe um pacto entre estados livres e soberanos que se associam para formar uma única nação. O governo federal controla diretamente 19.000 escolas e emprega mais de 170.000 trabalhadores.

Segundo o Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI) do México, no ciclo letivo de 2023-2024, existiam 33.062.447 estudantes matriculados no sistema educativo mexicano, sendo, desses, aproximadamente 4,2 milhões no Pré-escolar, 13,1 milhões na Primária, 6,3 milhões na Secundária e 5,1 milhões na Média Superior. Essa representação corresponde a 100% das crianças e adolescentes na escola, contudo:

> En México, el 51% de las niñas, niños y adolescentes viven en condiciones de pobreza, y entre ellos 4 millones sobreviven en la pobreza extrema. Sus condiciones educativas son ínfimas y se encuentra fuera de sus posibilidades de acceder a ella o a permanecer entre sus diferentes niveles durante un tiempo largo, ya no digamos “durante toda la vida (Didriksson, 2023, p. 3).

Cabe abordar que, segundo a legislação dos Estados Unidos Mexicanos, todos os habitantes do país devem cursar a educação pré escolar, a primária e a secundária, assim como "*Es obligación de los mexicanos hacer que sus hijas, hijos o pupilos menores de edad cursen la educación preescolar, la primaria, la secundaria y la media superior."52* (Ley General de

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 100-121, set./dez. 2025.
Recebido em: 17/09/2025 | Aceito em: 13/10/2025

Educación, artículo 4, parágrafo Único. Párrafo reformado DOF 10-06-2013 Artículo reformado DOF 10-12-2004, 28-01-2011).

Apesar de o México ter conseguido colocar todas as crianças e adolescentes na escola, a pobreza profunda enfrentada por mais da metade dessa população compromete a qualidade das oportunidades educacionais e a efetividade do acesso. A centralização do sistema educacional, com forte controle federal sobre a formulação e implementação das políticas, não tem sido suficiente para lidar com as desigualdades socioeconômicas que impactam diretamente a permanência e o sucesso escolar dos estudantes. Assim, observa-se que, embora o acesso seja garantido formalmente, a permanência e a continuidade dos estudos são prejudicadas pelas condições de vida precárias enfrentadas por milhões de estudantes, destacando uma profunda desigualdade que o sistema centralizado ainda não conseguiu superar (Martins, 2025).

O *Mexicanos Primero* é uma organização da sociedade civil mexicana, criada no ano de 2007, com o objetivo de "promover a qualidade e a equidade na educação pública do México", apresentando-se com este propósito. Atuando como movimento empresarial e financiado exclusivamente por recursos privados, seu objetivo é influenciar políticas educacionais e mobilizar a sociedade em torno da importância da educação básica e média superior. A missão da organização é "promover e defender o direito de todas as crianças e adolescentes de estarem, aprenderem e participarem na escola" (*Mexicanos Primero*, 2022).

O discurso e a atuação da organização revelam sua intenção de influenciar as políticas públicas e o sistema educacional mexicano a partir de uma perspectiva que combina interesses privados com objetivos sociais. Conhecida por seu enfoque na responsabilização (sobretudo dos docentes pelo fracasso escolar) e avaliação do sistema educacional, o *Mexicanos Primero* realiza pesquisas, divulga relatórios e campanhas de "sensibilização pública", com uma estratégia que envolve pressão sobre as autoridades para implementar reformas que melhorem os resultados educacionais, assim como ocorre no contexto brasileiro com o TPE. A organização defende que uma educação de qualidade é fundamental para o desenvolvimento do país e, frequentemente, colabora com entidades governamentais e privadas, buscando fortalecer o setor educacional mexicano com práticas e políticas orientadas pela eficiência e eficácia. Segundo informe oficial do movimento:

> Mexicanos Primero es una organización de la sociedad civil cuyo objetivo es impulsar y fortalecer la garantía del derecho a aprender en México, priorizando el fortalecimiento de la educación pública. Financiados exclusivamente por recursos

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 100-121, set./dez. 2025.
Recebido em: 17/09/2025 | Aceito em: 13/10/2025

> privados, nuestra misión es promover y defender el derecho de todas las niñas, niños y adolescentes a estar, aprender y participar en la escuela. Con ello en mente, trabajamos estratégicamente para impulsar la mejora de las políticas públicas educativas, generando conocimiento, analizando y proponiendo iniciativas, monitoreando indicadores, impulsando la comunicación institucional y educativa, la judicialización, el reconocimiento docente y activación social (Mexicanos Primero, 2023, p. 7).

Na última década do século XX, quase todos os países da América Latina implantaram reformas em seus sistemas educacionais, influenciadas e induzidas por duas determinantes: a) orientadas pelos organismos internacionais, em especial, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, como decorrência da concessão de empréstimos aos governos nacionais, cujas cláusulas condicionam a liberação dos recursos à implantação de suas determinações (Krawczyk; Vieira, 2008); e b) pelas agendas regionais pactuadas pelos governos nas Cúpulas das Américas, chamadas pela Organização dos Estados Americanos (OEA). Consequentemente, essas reformas têm na sua essência o objetivo de promover a mudança no papel do Estado e de fazer com que a educação venha a atender às demandas do capitalismo. Afinal, o que se sobressai nos textos dos documentos governamentais e das agências promotoras de mudanças é o viés economicista ou utilitarista atribuído à educação (Uczak, 2014, p. 67).

Essas ideias acabaram se traduzindo no surgimento de sujeitos coletivos privados atuando junto aos governos locais de cada país. Um desses movimentos, chamado de *Mexicanos Primero* é uma associação civil-empresarial, formalmente constituída, como já dito em 2007, mas que, desde 2004, vinha realizando trabalhos de pesquisa e contato político com outras organizações. Segundo consta em seu site[9], o grupo é definido como uma "iniciativa cidadã que trabalha para que o direito de aprender de todas as crianças e jovens seja cumprido". É composto por uma diretoria, que engloba associados fundadores da organização; um conselho de curadores, formado por pessoas que investem em um sistema de adesão; um conselho acadêmico, formado por especialistas nas áreas educacional e social.

Mexicanos Primero considera que a atual situação educacional é uma das principais limitações à competitividade e produtividade econômica e, portanto, ao desenvolvimento nacional. Seu discurso de intervenção na mídia se desenvolve em torno do que eles definem como "ação cidadã". Independentemente de sua origem, financiamento e programa de negócios, *Mexicanos Primero* não se considera abertamente uma OSC empresarial, muito

[9] Site: (https://www.mexicanosprimero.org)

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 100-121, set./dez. 2025.
Recebido em: 17/09/2025 | Aceito em: 13/10/2025

menos uma organização relacionada aos principais expoentes do grande capital no país.

Segundo Jarquín (2021), a associação apropriou-se da representação e representatividade dos cidadãos mexicanos em matéria educacional ao assumir assentos em conselhos consultivos e técnicos e participar de fóruns organizados pelo poder político. O sucesso que - provavelmente não seria o mesmo se seus recursos de capital econômico, político e social fossem menos significativos e seu discurso não fosse unificador: “Eduque, eduque cedo, eduque a todos, eduque com qualidade. Crescer, competir, vencer. Educar para conquistar o bem-estar e a prosperidade de cada mexicano; ou seja, em suma, os mexicanos em primeiro lugar.” (Mexicanos Primero, 2007).

A associação nasceu com o apoio do poder político, o que ficou evidente desde o próprio dia de sua apresentação oficial, que teve a presença de Josefina Vázquez Mota como testemunha de honra. Naquela época, Josefina era uma das principais militantes do Partido Acción Nacional (PAN), conferencista da Confederación Patronal de la República Mexicana (Coparmex) e, ainda, da Secretaria de Educação Pública do México, chefiando a SEP.

O *Mexicanos Primero* apresentou-se com grande força e cobertura midiática; e, nas expressões de seus fundadores, uma certa confiança era evidente na capacidade que sentiam para realizar seu programa nacional de reforma educacional, aproveitando-se da estreita relação com o Estado mexicano. Essa confiança seria reforçada alguns meses depois, quando um Acordo de Colaboração foi assinado entre a Secretaria de Educação Pública e *Mexicanos Primero*, com o objetivo de “*esfuerzos y colaborar para mejorar la calidad de la educación en México e incentivar la participación ciudadana en la toma de decisiones de la política educativa*" (*Mexicanos Primero*, 2007). Esse movimento foi constituído por sujeitos conhecidos do mundo empresarial mexicano, com grande influência política e midiática, advindos sobretudo de famílias tradicionais do México.

Dessa forma, o *Mexicanos Primero* exemplifica, tal qual Brasil e Uruguai, a crescente penetração de sujeitos privados no interior das políticas públicas educacionais na América Latina, em defesa do direito à educação, mas articulado a partir de capitais econômicos, políticos e sociais que reforçam a lógica empresarial na gestão da escola pública. A trajetória da organização revela como as reformas educacionais recentes no México têm sido acompanhadas pela atuação de grupos privados que, sob a retórica da qualidade, eficiência e equidade, influenciam diretamente o desenho e a implementação das políticas educacionais. Analisar sua constituição e estratégias permite compreender não apenas a reconfiguração das fronteiras entre público e privado na educação, mas também os mecanismos de legitimação

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 100-121, set./dez. 2025.
Recebido em: 17/09/2025 | Aceito em: 13/10/2025

que naturalizam a presença do setor empresarial na definição de agendas sociais.

Em síntese, o *Mexicanos Primero* demonstra como, no México, sujeitos privados empresariais se articulam para influenciar diretamente a formulação e execução de políticas educacionais, assumindo a representação de um suposto interesse cidadão. Seu discurso combina defesa do direito à educação com práticas que reforçam a lógica empresarial e de responsabilização docente, naturalizando a presença do setor privado na gestão da educação pública. Tal experiência evidencia que o México compartilha com outros países da América Latina a tendência de privatização via influência política, produção de consenso e alianças com o Estado, expressando a disputa hegemônica pelo sentido da escola pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, discutimos os movimentos empresariais de classe que apresentam propostas para a educação em três países da América Latina: Brasil, Uruguai e México e como eles têm se fortalecido e atuado de forma hegemônica, operando em várias frentes, na construção de consensos em torno da parceria com o setor privado, bem como da elaboração de políticas públicas educacionais ou na interferência sobre elas. Trouxemos apenas esses focos de atuação devido aos limites estabelecidos pelo texto, porém, já existem vários outros arranjos em cada país, junto a outros parceiros, que fortalecem cada vez mais a atuação da classe empresarial no campo educacional nos países da América Latina.

No Brasil, apresentamos de forma sucinta como o Movimento Empresarial Todos pela Educação se organizou, como se apresenta e age, buscando ampliar seu público e o acesso direto aos segmentos, tanto das instâncias governamentais, quanto nas comunidades escolares, se fortalecendo e se reinventando na forma de operar e distribuir seu conteúdo, na disputa pela hegemonia na educação pública.

Evidenciamos como a Fundação *ReachingU*, no Uruguai, tem atuado na direção e execução de políticas públicas educacionais na medida em que os programas de formação continuada de professores, Becas Educativas assim como outras ações ilustram como ela está realizando a formação de professores e gestores, promovendo uma visão de educação que prioriza eficiência, inovação tecnológica e alinhamento com o setor privado. Embora tragam recursos e oportunidades não oferecidas pelo Estado uruguaio em escala, sua atuação também aprofunda a terceirização de políticas públicas essenciais, como a formação docente, e reforça desigualdades dentro do próprio sistema educacional.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 100-121, set./dez. 2025.
Recebido em: 17/09/2025 | Aceito em: 13/10/2025

No México, o *Mexicanos Primero* representa uma estratégia empresarial de maior institucionalização e presença política direta, apropriando-se da linguagem dos direitos e da participação cidadã, mas atuando em consonância com os interesses do capital e reforçando a responsabilização docente e a lógica da eficiência.

O estudo nos três países contribui para iluminar os desafios colocados à democratização da educação pública no continente e a necessidade de pensar formas de resistência e alternativas que priorizem os interesses coletivos e sociais frente ao avanço de projetos privatizantes e societários defendidos por sujeitos empresariais.

REFERÊNCIAS

BERNARDI, Liane Maria; UCZAK, Lucia Hugo; ROSSI, Alexandre José. As relações do Estado com empresários nas políticas educacionais: PDE/PAR e Guia de Tecnologias Educacionais. *In*: PERONI, V.M. (org). **Diálogos sobre as redefinições do papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação**. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 52-71.

DIDRIKSSON, Axel. El proceso de transformación del sistema educativo en México: una experiencia en América Latina. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.31, n.120, p. 1 – 18, jul./set. 2023, e0234044. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ensaio/a/hfXTZKMp6b4TTDwJfkW3wrB/?format=pdf&lang=es. Acesso em: 23 jun. 2025.

FERREIRA, Verônica Ventorini; CORSETT, Berenice. Ataque ao pensamento crítico e o nascimento de um nicho no mercado educativo. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 129-144, 2019.

FUNDACIÓN ReachingU. **Fundación ReachingU**. Disponível em: https://reachingu.org/. Acesso em: 20 ago. 2025.

GARCÍA, Pablo. **Privatización educativa en Uruguay**. Montevidéu: Ediciones Trilce, 2021.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Carcere, Vol. 3.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

JARQUÍN, Mauro Rafael. **La pedagogía de capital.** Empresarios, nueva derecha y reforma educativa en México. Ciudad de México: Akal, 2021.

KRAWCZYK, Nora Rut; VIEIRA, Vera Lúcia. **A reforma educacional na América Latina nos anos 1990**. Uma perspectiva histórico-sociológica. São Paulo: Xamã, 2008.

MARTINIS, Pablo. **Educación y mercado:** el nuevo escenario de la privatización educativa en América Latina. 1. ed. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2017. 224 p.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 100-121, set./dez. 2025.

Recebido em: 17/09/2025 | Aceito em: 13/10/2025

MARTINS, Everton Bandeira; MONTANO, Monique Robain; PERONI, Vera Maria Vidal. El avance privatizador en la educación básica brasileña: Un análisis de los procesos de dirección y ejecución política. **Revista Intercambio**, v. 22, n. 13, p. 12-17, 2024. Disponível em: https://revistaintercambio.org/ojsclon/index.php/INTERCAMBIO/article/view/391. Acesso em: 23 jun. 2025.

MARTINS, Everton Bandeira; SILVA, Gabriel Lopes da. A influência de setores privados e neoconservadores na escolha dos dirigentes universitários: implicações da relação público-privado para a autonomia universitária na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). **Revista Caderno Pedagógico**, Curitiba, v. 21, n. 7, p. 1-18, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n7-184.

MARTINS, Everton Bandeira; MOURA, Vanessa dos Santos; SILVA, Gabriel Lopes da. Autonomia universitária à luz da autonomia relativa de Lukács: uma análise da interação entre a universidade e a sociedade. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 49, n. 2, p. 1066-1081, maio/ago. 2024. DOI: 10.5216/ia.v49i2.79205

MARTINS, Everton Bandeira. **Redes Empresariais e a Redefinição Público-Privada na Educação Pública: Contextos do Brasil e do México**. 2025. 189 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2025.

MEXICANOS PRIMERO. **"Informe 2007"** - 2007. Disponível em: http://www.mexicanosprimero.org/images/stories/mp_recursos/mp_publicaciones_de_mexicanos_primero/informe_mp_2007.pdf. Acesso em: 23 jun. 2025.

MEXICANOS PRIMERO. **¿Quiénes Somos?** – 2022. Disponível em: https://mexicanosprimero.org Acesso em: 20 jun. 2025.

MEXICANOS PRIMERO. **Informe anual 2023 Mexicanos Primero** – 2023. Disponível em: https://www.mexicanosprimero.org/pdf/informes-anuales/2023.pdf. Acesso em: 23 jun. 2025.

MINAYO, Maria Cecília (Org)**. Pesquisa Social:** Teoria, método e criatividade. São Paulo: Vozes, 2005.

PERONI, Vera Maria Vidal. A relação público-privada na educação básica: a gestão por resultados. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, e238509, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/ES.238509. Acesso em: 23 jun. 2025.

THOMPSON, Edward Palmer **A miséria da teoria ou um planetário de erros.** Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Educação Já.** 2018. Disponível em: https://encr.pw/azUCT. Acesso em: 30 mar. 2024.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Sede do Todos em Brasília promove debates sobre educação.** 2019. Disponível em: https://acesse.dev/MZKk2. Acesso em: 22 set. 2020.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 100-121, set./dez. 2025.
Recebido em: 17/09/2025 | Aceito em: 13/10/2025

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Ensino a distância na Educação Básica frente à pandemia da Covid-19.** Nota Técnica. 2020. Disponível em: https://bit.ly/3aTZjSd. Acesso em: 16 dez. 2020.

TODOS PELA EDUCAÇÃO**. Agenda legislativa pela educação.** 2021. Disponível em: https://acesse.dev/oJ8nt. Acesso em: 6 abr. 2024.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Encontro anual Educação Já**. 2024. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/noticias/encontro-anual-educacao-ja-2024/ Acesso em 12 dez. 2024.

TODOS PELA EDUCAÇÃO**. Advocacy por políticas públicas efetivas**. 2025. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/sobre/ Acesso em: 20 fev. 2025.

UCZAK, Lucia Hugo. **O PREAL e as políticas de avaliação educacional para a América Latina.** 2014. 211 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em educação, Porto Alegre, BR-RS, 2014. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/94732 Acesso em: 20 ago. 2025.

UCZAK, Lucia Hugo; BERNARDI, Liane Maria.; ROSSI, Alexandre José. O governo Temer e a asfixia dos processos de democratização da educação. **Educação**, Santa Maria, v. 45, n. 1, p. e23/ 1–23, 2020. DOI: 10.5902/1984644433740.

UCZAK, Lucia Hugo; BERNARDI, Liane Maria. A organização e ação do movimento empresarial Todos pela Educação durante a pandemia da COVID-19. **Jornal de Políticas Educacionais.** V. 15, n. 38. Agosto de 2021. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/79504. Acesso em: 30 mar. 2024.

AGRADECIMENTOS

Este artigo resulta de pesquisa desenvolvida com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio de auxílio institucional – Edital Universal.

SOBRE OS AUTORES

Everton Bandeira Martins
Professor Adjunto da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com período de estudos na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Integra o Grupo de Pesquisa Relação Público-Privado na Educação (GPRPPE/UFRGS) e a Cátedra UNESCO "Universidad y Educación Superior". Suas pesquisas concentram-se nas disputas entre o público e o privado na educação básica latino-americana, na formação de professores e no Ensino de História.
Lattes: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/cv?id=9818548065077031.
E-mail: everton.martins@uffs.edu.br

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 100-121, set./dez. 2025.
Recebido em: 17/09/2025 | Aceito em: 13/10/2025

Alexandre José Rossi
Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor adjunto da Faculdade de Educação da UFRGS, no Departamento de Estudos Especializados. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Relação Público-Privado na Educação (GPRPPE/UFRGS) e do Grupo de Estudos e Políticas Públicas para o Ensino Médio (GEPPEM).
Lattes: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/cv?id=1449535539346050.
E-mail: ajrossi.rossi@gmail.com

Liane Maria Bernardi
Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora aposentada da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Relação Público-Privado na Educação (GPRPPE/UFRGS). Atua como assessora parlamentar na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, com foco em políticas educacionais.
Lattes: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/cv?id=4506171831521594.
E-mail: lianebernardi@gmail.com

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 100-121, set./dez. 2025.
Recebido em: 17/09/2025 | Aceito em: 13/10/2025